

1822 - 2022



*Bicentenária*

DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Livro do Bicentenário da  
Independência do Brasil

# Sumário

## Créditos

Apresentação do Prof. Rafael Nogueira - Secretário Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural do Ministério do Turismo

Introdução do Prof. Dr. José Theodoro Mascarenhas Menck

Documentos de Época Referentes à Independência do Brasil

Iconografia Referente à Independência do Brasil

Reflexões à Luz do Bicentenário

Levantamento Bibliográfico Referente à Independência do Brasil

Entrevistas com alguns Promotores dos Festejos do Bicentenário

Artigos referentes ao Bicentenário da Independência

Seleção de Documentos da Biblioteca Nacional em torno do Bicentenário da Independência.

Cadernos da Biblioteca Nacional de Fontes de Informação e Pesquisa sobre o Bicentenário da Independência do Brasil.

# Créditos

Presidente da República  
**Jair Bolsonaro**

Ministro do Turismo  
**Carlos Alberto Gomes de Brito**

Secretário Especial da Cultura  
**Hélio Ferraz de Oliveira**

Chefe de Gabinete do Secretário de Economia Criativa (SECDC)  
**Dimas José Bueno**

Secretário Nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural  
**Rafael Nogueira Alves Tavares da Silva**

Secretário-Adjunto de Cultura (SECULT)  
**Thiago Moreira**

Departamento de Empreendedorismo Cultural  
**Wellington Lúcio Rêgo**

Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas  
**Marcelo Gonzaga de Oliveira**

Coordenação Editorial  
**José Theodoro Mascarenhas Menck**

Redação  
**José Theodoro Mascarenhas Menck**  
**Lucas Ribeiro Fernandes**  
**Marina Duarte**

Diagramação e Design  
**Marcos Minini**

Cooperação: OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para  
a Educação, a Ciência e a Cultura

# Artigos referentes ao Bicentenário da Independência

**- As primeiras negociações internacionais do Império do Brasil (1822-1825)**

Maria Ester Mena Barreto Camino

Alexandre Andreatta

**- Influências sobre o pensamento econômico à época da Independência**

Bernardo Felipe Estellita Lins

**- Antônio Carlos, a Maçonaria e a Independência do Brasil**

Lafayette de Andrada

**- O reconhecimento internacional da independência do Brasil**

Paulo Roberto de Almeida

**- D. Pedro I, constitucionalista**

Manuella da Silva Nonô

**- A Imprensa na Independência.**

Bernardo F. Estellita Lins

**- Antecedentes da Guerra Civil Portuguesa da Primeira Metade do Século XIX**

Fernando Carlos Wanderley Rocha

**- A condição da saúde no Brasil às vésperas da Independência**

Gustavo Silveira Machado

**- José Bonifácio e um outro Projeto para o Brasil**

André Heráclio do Rêgo

SILVA RAMOS, Eduardo. **A organização alfandegária e espaços fiscais no império do Brasil (1808-1836)**. Periódico: Almanack, n. 21, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320192113>> Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUZA SANTOS, Joice de. **As embaixadas dos reinos da costa africana como mediadoras culturais: missões diplomáticas em Salvador, Rio de Janeiro e Lisboa (1750-1823)**. Dissertação de mestrado, apresentada em 18 set 2012, PUC/RIO. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivana Stollze Lima. Disponível em: <<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.21454>> Acesso em: 22 fev. 2022

TARQUÍNIO DE SOUSA, Otávio. **História dos Os Fundadores do Império do Brasil (1957)**, v. II, **A vida de D. Pedro I**, tomo 2º, p. 417 Brasília: Edições Senado Federal, 2015.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. **O Reconhecimento do Império do Brasil**, p.58-59. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, vol. 6 (3): 43-64, jul./set. 1972 Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/view/59206>> Acesso em: 22 fev. 2022

## Influências sobre o pensamento econômico à época da Independência

Bernardo F. Estellita Lins

### Introdução

O pensamento econômico é construído em parte por uma reflexão crítica autônoma e em parte pelo acompanhamento dos fatos da vida: as relações de produção, as transações comerciais, a coleta de impostos, a construção do direito civil e assim por diante. Tão importante quanto o estudo das obras que discutem a economia e refletem sobre acertos e erros de pensadores antecedentes é a observação e análise das relações sociais, das configurações políticas e de seus efeitos sobre as práticas de comércio, a acumulação de riqueza e o dinamismo da economia de uma cidade, uma região ou uma nação. O pensamento econômico é, pois, um edifício que se ergue tanto sobre a especulação intelectual quanto sobre a observação das decisões práticas dos formuladores de política e os resultados que estes alcançam.

As linhas de análise econômica, portanto, são caudatárias tanto dos textos que as antecederam quanto dos problemas de política que ocorrem no momento em que se desenvolvem e das alternativas para seu tratamento que então se vislumbram. É possível, revisitando essas trilhas, retroceder até as origens do pensamento econômico ocidental e retrair uma trajetória de evolução relativamente coerente até o desenvolvimento dos modelos econômicos atualmente adotados. Esse retrato comporta o exame dos textos então elaborados na mesma medida em que se reconhecem as estruturas e práticas econômicas em vigor a cada período.

Essa recuperação da sucessão de autores ilustres, cuja obra o tempo nos permite observar, dá uma sensação de que o pensamento econômico ocidental, e em seu contexto a linha de pensamento predominante no Império Português à época da nossa Independência, é caudatário da tradição greco-romana, gradualmente expandida até alcançar a dimensão de uma disciplina autônoma, reconhecida como tal, à época do mercantilismo e, mais adiante, com a economia clássica, amadurecer como um saber inseparável da administração pública e essencial para construir e compreender a realidade em que se vive.

Nota-se, nesse rápido olhar, que Portugal, apesar de estar, em determinado período, um passo à frente de outras nações em termos de organização política e estratégia nacional, nunca chegou a liderar uma inovação no pensamento econômico. Ao contrário, o reino foi em geral caudatário do pensamento dominante na Europa, às vezes com decênios de retardo em relação aos países em que este era renovado.

Pretendemos fazer aqui um breve registro dos três grandes períodos de pensamento econômico vigentes no longo tempo em que a expansão portuguesa evoluiu, a tradição medieval, o mercantilismo e a transição para a economia clássica, apontando alguns autores de interesse e ressaltando a superposição dessas linhas de pensamento na elite portuguesa, com ideias que, mesmo datadas, persistem até hoje no debate público.

### Antecedentes da tradição medieval

A tradição medieval apoia-se, em muitos aspectos, no pensamento econômico herdado da filosofia greco-romana. Há que se destacar, de início, que à exceção de dois livros clássicos de Aristóteles, a Política e a Economia (esta entendida como economia da família), a maior parte das ideias econômicas encontram-se esparsas nos textos que chegaram até nós, preservados da destruição do tempo.

Há três grandes referências da Antiguidade citadas seguidamente nos comentários e tratados produzidos até o apogeu do mercantilismo. Uma destas é o pensamento platônico, ilustrado, por exemplo, por seu diálogo A República, em que o grande filósofo busca oferecer uma visão idealizada da melhor forma de organizar a polis, por vezes com recomendações distantes da prática social de então.

Assim, merece ser lembrado, por exemplo, que Platão reconhece na cidade grega uma variedade de atividades econômicas e administrativas, apontando três categorias de cidadãos, agricultores, guardiães e governantes, e recomendando a segregação da categoria a quem estaria reservada a tarefa de proteger a polis. No diálogo A República, ao imaginar a cidade com uma organização ideal, Platão (falando pela voz de Sócrates, personagem condutor do diálogo) concebe essa categoria de “guardiães do rebanho” como uma casta de excelência, com educação elevada, especializada nas atividades que hoje chamaríamos de militares e jurídicas, responsável por vigiar e proteger a cidade. Para evitar que esses cidadãos se envolvam em interesses particulares, propõe que vivam o compartilhamento de todos os seus bens e sua organização familiar, inclusive suas companheiras:

*“Essas mulheres dos guardiães serão todas comuns entre eles e nenhuma irá coabitar em particular com nenhum. E, por outro lado, os filhos serão comuns e o pai não conhecerá seu próprio filho, ou o filho, o pai” (PLATÃO, 2021: 79).*

Desse modo, esperava Platão, eles teriam em comum casas e refeições, viveriam juntos, misturando-se nos ginásios, e seriam atraídos para uma união íntima

por necessidade natural, orientando-se a casamentos santos. Os poderes públicos iriam encarregando-se das crianças que nascessem dessas relações, destinando sua formação a governantas.

Essa visão idealista de convivência comunitária serviria de inspiração a pensadores medievais como Tomás Morus em sua Utopia, de 1516, e Tommaso Campanella em sua obra A Cidade do Sol, de 1623.

A abordagem platônica não convenceria Aristóteles, a segunda fonte seguida pela literatura econômica medieval. O Estagirita, na sua Política, a crítica com veemência. Aristóteles (que contrariamente a Platão, era casado) reconhece a família como elemento basilar na composição da sociedade e compreende que a propriedade privada é uma melhor forma de ordem civil:

*“Se a administração dos bens for feita por seus proprietários, não haverá reclamações de uns contra os outros e prosperarão mais, porque cada um considerará tal tarefa como de interesse pessoal e a virtude dos cidadãos ajustará sua aplicação” (ARISTÓTELES, 2017: 64).*

A observação final refere-se a uma preocupação do filósofo de que todo bem tem, a par da sua utilidade particular, um benefício coletivo. É apropriado que a propriedade seja particular, mas o uso seja comum, e a tarefa do legislador é a de produzir nos cidadãos essa predisposição benevolente.

Aristóteles distingue de um modo primevo (pois uma teoria do valor, nos termos em que a adotamos atualmente, então inexistia) a diferença entre o bem destinado ao uso e à troca:

*“Cada coisa que possuímos tem dois usos. Ambos esses usos pertencem à coisa, mas não do mesmo modo, pois um é próprio, conforme sua destinação, e outro é impróprio ou desviado para outro fim. Por exemplo, o sapato pode ser usado para ser calçado ou pode ser usado para ser vendido” (ARISTÓTELES, 2017: 43-44).*

Prossegue observando que o comércio, que consistiria em comprar para se vender mais caro, surge então quando as sociedades se tornam mais desenvolvidas, deixando as coisas de ser comuns a todos e surgindo a necessidade de trocas. Na medida em que o comércio se expande e as relações mútuas entre Estados se desenvolve, na forma de importações e exportações, surgirá a moeda, decorrente da cunhagem de metal para certificar seu peso. O comércio, então, faz do dinheiro seu principal objetivo e sua expansão não conhece limites. Para Aristóteles, a economia,

ao contrário, trata da produção, da posse e do uso de bens, reconhecendo limites (ARISTÓTELES, 2017: 48).

Na prática, Aristóteles insere entre os elementos da economia doméstica o conhecimento prosaico das coisas, o conhecimento dos processos de produção e sua administração, o talento para adquirir os bens e para mantê-los. Já no comércio reconhece transporte e venda e nas demais formas de obtenção de riqueza a usura, os trabalhos realizados mediante pagamento e as atividades extrativas e de coleta, em especial a mineração.

Um aspecto central do modo de produção da Antiguidade é o uso do trabalho escravo. A tradição greco-romana reconhece a escravidão, em particular, como uma instituição inerente à cidade. Aristóteles a inscreve na própria estrutura da família, que considera essencial à organização da polis:

*“É dessas duas associações, entre o homem e a mulher e entre o senhor e o escravo, que se forma inicialmente a família e foi com razão que Hesíodo disse que a primeira família foi composta pela mulher e o boi feito para o labor, porque o boi exerce o papel do escravo entre os pobres” (ARISTÓTELES, 2017: 28).*

O escravo era submetido a essa condição por ser despojo de guerra ou por ser inapto à economia doméstica, tornando-se escravo para sanar dívidas suas ou de um parente. Era um elemento central do modo de produção da Antiguidade, constituindo força de trabalho para as propriedades do senhor ou, não raro, preceptor para a formação de seus filhos.

Não havia, portanto, relação entre escravidão e características raciais ou culturais, sendo esta uma construção social muito posterior. A centralidade da escravidão estava ligada ao modo de produção predominantemente agrário das sociedades ocidentais antigas. Nos dez mil anos em que, segundo Yuval Harari, se consolidou a revolução agrícola, os avanços na tecnologia de produção foram lentos (HARARI, 2021: 99-102). Os escassos ganhos de produtividade implicavam em que a expansão da produção dependeria da ocupação de novos territórios. A guerra, portanto, era uma forma de obter meios de produção, na forma de terras e escravos.

A filosofia grega seria incorporada pelos romanos após a conquista e integração das cidades gregas por volta de 160 a 140 a.C. Roma evoluía, em cinco séculos, de mais uma pequena cidade-estado para a capital de um império que ocuparia todo o território em torno do Mediterrâneo, alcançando o norte da África, os antigos domínios egípcio e persa, e boa parte do que hoje seria a Europa

ocidental. À época do fim do período republicano e da ascensão de Augusto como primeiro imperador, sua população alcançava cerca de 40 a 50 milhões de habitantes, dos quais uns cinco milhões tinham efetivamente cidadania romana e outro tanto era de escravos. Os 80% restantes eram formados por pessoas que viviam de biscates e pequenos serviços, em condições de extrema pobreza.

Na sociedade romana as atividades de comércio e produção artesanal eram mais bem aceitas. As categorias profissionais se diferenciaram e seus praticantes se organizaram em colégios, entidades que estabeleciam normas e práticas. Seriam as precursoras das guildas medievais, que se disseminariam dez séculos depois. O tamanho do império e as condições de transporte no Mediterrâneo haviam consolidado uma sólida rede comercial que unia as mais diversas províncias. A elite romana, proprietária de terras, sustentava os cidadãos com o fornecimento do trigo, indispensável à alimentação da população:

*“Era pela sua contribuição ao estado que os aristocratas romanos doavam o pão aos cidadãos, por uma vasta rede de distribuição de trigo – a ‘annona cívica’ – que era a espinha dorsal do sistema econômico. Frotas imperiais distribuam o trigo atravessando o Mediterrâneo ou, como os romanos o chamavam, o ‘mare nostrum’, nosso mar” (SOLL, 2022: 17).*

Ainda assim, na dimensão do debate filosófico, os romanos reproduziam a mesma visão depreciativa a respeito do trabalho. A elite detinha a propriedade das terras e dedicava-se a administrar a produção e garantir o bem-estar dos cidadãos romanos. O trabalho remunerado e a escravidão, comenta Soll, eram considerados fatalidades do destino.

Por outro lado, o pensamento estoico que predominava junto à elite destacava o sentido de dever que fazia parte essencial das práticas comerciais. Seria impossível atender a todos os necessitados, mas um mercado limitado e subsidiado pela república, cujas transações baseavam-se na confiança e no compromisso de atender à minoria que possuía a cidadania romana, garantiria a prosperidade e a estabilidade do império. Exercer a boa-fé e comportar-se de acordo com a natureza eram, portanto, obrigações do homem honrado e base da vida em comunidade. A fonte referida com maior frequência nos textos medievais para retomar esses temas seria a obra de Cícero.

### **A tradição medieval e sua evolução em Portugal**

A transição do pensamento greco-romano à organização medieval da economia dá-se tanto no plano da organização social em sua dimensão pragmática quanto na transição da filosofia clássica para a patrística e, mais adiante, a escolástica. O elemento de ligação nessa transição, na dimensão intelectual, foi provavelmente o diálogo entre o neoplatonismo e o cristianismo.

A moral cristã, ao opor o apego a bens materiais às possibilidades de salvação da alma e de acesso a uma vida iluminada após a morte, ofereceu uma humanização da pobreza e uma valorização do homem simples que tiveram forte recepção na população romana. Aceitava-se o sofrimento e o sacrifício presentes em troca de uma promessa de redenção futura. Soll (2022: 25) comenta que “a salvação cristã era formulada em uma linguagem econômica de interesse, escolha, decisão, troca e premiação”. O desejo de alcançar a vida eterna em sua plenitude de convívio com a presença divina conduziria o fiel a uma vida modesta, ascética, dedicada ao próximo, que contrastava com a opulência digna da elite romana ou as extravagâncias dos imperadores e dos governantes de províncias.

Essa visão de dar concretude a um ideal abstrato de simplicidade pessoal e de trocar os bens materiais presentes por um bem futuro e permanente, ainda que imaterial, encontrou paralelo no neoplatonismo laico do século III d.C., em especial as ideias de Plotino. Trata-se, porém, de uma apreciação da metafísica de Plotino e seus sucedâneos que escapa aos objetivos desta breve exposição. Seus princípios, em especial a concepção de hipóstases, realidades concretas e fundamentais que se sucedem conforme hierarquias em que umas servem de fundamento às sucedâneas (Uno, nous, alma, physis, logos, ...) orientariam o modo medieval de compreender o mundo na forma de uma variedade de hierarquias (REALE, 1994: 471-472; HUIZINGA, 2021: 117-118).

É assim que Johan Huizinga nos lembra que:

*“O conceito de divisão da sociedade em estamentos está na raiz de todas as reflexões políticas e teológicas da Idade Média e não se resume aos três estamentos consagrados: clero, nobreza e terceiro estado. O conceito de estamento tem um valor mais forte e um alcance maior... As palavras ‘estat’ e ‘ordre’ abarcam, na Idade Média, um grande número de grupos humanos que para nós parecem muito heterogêneos: os estamentos segundo nossa definição contemporânea de classes sociais, as profissões, estado civil e virgindade, o ‘estado de pecado’, os quatro estados de corpo e boca na corte (padeiros, provadores, trinchadores e cozinheiros), as ordens do clero (padre, diácono, subdiácono), as ordens monásticas, as ordens cavaleirescas” (HUIZINGA, 2021: 118)*

Cada um desses grupos constituía, no olhar medieval, uma instituição divina, um elemento essencial da arquitetura do mundo. Todas as coisas, explica Huizinga, eram vistas em sua conexão significativa e em sua relação com o eterno. Até mesmo as coisas mais insignificantes e banais eram aceitas dentro de um contexto universal e sua discussão era minuciosa e exaustiva, em que a enumeração era preferida à identificação de nexos causais. O modo de produção medieval era condicionado por essa intervenção do divino em todas as dimensões da vida social e pelo reconhecimento do direito como algo delegado.

A entrada de populações germânicas no território de Roma nos primeiros séculos da era cristã e a gradual estruturação dos reinos bárbaros na Alta Idade Média resultaria, ao lado da preservação dos núcleos urbanos de então e da coexistência da cultura romana com as culturas dos grupos invasores, na dispersão da população rural, tornando a atividade agrária esparsa e voltada à subsistência. Apenas no século X, com a adoção de algumas inovações (arado de roda, ferraduras, novos desenhos de arreios, rotatividade da sementeira) e um arranjo feudal mais definitivo, a produção agrícola ganharia a capacidade de produção de excedentes, estimulando a retomada do comércio local.

Nesse período consolida-se uma relação em que alianças militares eram compensadas com a cessão de direitos de posse sobre terras e de cobrança de impostos, como parte de um sistema hierárquico de vassalagem entre monarca, nobres e cavaleiros. Os aldeões mantinham, de sua parte, uma relação de servidão com o senhor feudal local, pagando o imposto requerido e recebendo garantia de proteção. Cada agricultor dispunha de uma área de uso individual. As terras comuns, ocupadas por florestas e campos, eram reservadas para o senhor e seu uso eventual (pastagem, estocagem da produção, caça, coleta) era admitido, com regras que variavam de um feudo a outro (MARRONE, 2008: 40, 48).

O pensamento econômico medieval avança, nesse ciclo de expansão, para uma releitura de Aristóteles e do pensamento romano, incorporando uma justificativa da propriedade senhorial e das relações de servidão, com os vários aspectos já descritos na seção anterior: a condenação da riqueza mobiliária e da usura, a defesa da confiança nas transações, a economia entendida como a boa direção da vida.

Esse ciclo da escolástica esteve associado à expansão do ensino e à instituição de universidades, aos ganhos de influência da nascente burguesia e à associação desse novo grupo social à coroa, em detrimento do poder da nobreza feudal. Em relação à escravidão, esta entra em declínio na Europa, suplantada pelas relações de

servidão. A igreja, ademais, condena a escravização de cristãos, estabelecendo novos parâmetros para a prática. O tráfico de escravos foi gradualmente abolido na Europa continental e na Inglaterra ao longo da Baixa Idade Média, mas nunca deixou de existir na península ibérica, que passaria a traficar mouros e negros (VELOSO, 2010: 108-109).

O Brasil herdaria da ocupação portuguesa a perpetuação dessa prática, já então caracterizada por seu contexto de diferenciação racial. A escravidão marcaria nossa história por quatrocentos anos. Trazida de Portugal com o Descobrimento, persistiu até 1888, ficando suprimida graças à Lei Áurea, a Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio daquele ano, que em um único artigo sintetizaria uma luta centenária por sua abolição: “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”. Com esse ato, a princesa Isabel, então regente, retirou do Brasil o peso de uma vergonha. Fomos um dos últimos países do mundo a deixar a escravidão de lado. A subsequente queda do império e a proclamação da república evidenciam o caráter essencial da escravidão como suporte do regime imperial (SCHWARCZ e STARLING, 2015: 231; RAMOS, 2021: 124-125; GOMES, 2022: 26).

A partir do século XIV, a organização feudal entraria lentamente em declínio por diversos fatores. O comércio global se expandira e caravanas cruzavam a Eurásia, chegando a Bizâncio e alimentando com mercadorias as rotas de transporte marítimo no Mediterrâneo. A estruturação do trabalho artesanal alcançara sua maturidade e a organização em guildas proliferou entre os séculos XII e XIV. As crises de produção do início do século XIV, a escassez de numerário, a perda de população decorrente da Peste Negra (1347-1353) e o repovoamento das cidades com a vinda de famílias rurais resultariam em uma mudança de mentalidade que levaria à quebra da dominância dos valores religiosos sobre o modo de vida da população.

A queda de Constantinopla em 1453 romperia o acesso europeu ao sistema comercial asiático, induzindo à busca de alternativas marítimas que retomassem o tráfego comercial com o Oriente. Portugal encontrava-se em situação privilegiada para empreender essa tarefa, pois havia-se consolidado como o primeiro estado-nação europeu, contando com unidade territorial e com a liderança estratégica e a capacidade de investimento de uma corte centralizadora, e dominava a tecnologia da navegação no Atlântico, sendo capaz de empreender um gradual avanço no estabelecimento de uma rota marítima de contorno da África para chegar a entrepostos asiáticos. É assim que em 1415 os portugueses ocupam Ceuta (hoje um enclave espanhol na costa do Marrocos), em 1425 iniciam a colonização da Ilha da

Madeira, em 1427, o arquipélago de Açores, em 1434 superam a travessia do Cabo Bojador, na costa do atual Marrocos, em 1488 chegam ao Cabo da Boa Esperança, na atual África do Sul e iniciam a exploração da costa oriental da África. Em 1499 consolidam a rota até a Índia e em 1510 tomam a cidade de Goa, que seria mantida como um enclave comercial português na costa indiana até 1961.

Se Portugal estava adiante dos demais reinos europeus em sua consolidação nacional e na condução de um projeto estratégico de expansão marítima e comercial, o mesmo não se pode dizer da sua organização econômica interna e da sua correspondente elaboração teórica. No período medieval, o pensamento português manteve-se alinhado à condução escolástica, participando da comunidade doutrinária coordenada pela Igreja nos vários reinos da Europa. Textos elaborados no período, como o Comentário ao Tratado “da Economia”, de Durando Pais (1267), Estado e Pranto da Igreja, de Álvaro Pais (1332), Espelho dos Reis, do mesmo autor (1344) e A Virtuosa Benfeitoria, do infante D. Pedro (1433) são exemplos da influência do pensamento escolástico na elite de Portugal (BASTIEN, 2000: 6-7).

### O pensamento econômico mercantilista

Espantoso, porém, é que a doutrina escolástica tenha se prolongado em Portugal para além do século XVII, coexistindo com a recepção do mercantilismo como doutrina econômica dominante, ainda mais que os portugueses já haviam abraçado, no período, os ganhos de comércio de ultramar e da produção agrícola em escala, a exemplo do açúcar, em suas colônias, com a retomada da escravidão como elemento central do seu modo de produção. Bastien (2000: 8-9) reconhece que algumas crônicas do século XVI, a exemplo da Crônica do Príncipe D. João, de Damião de Gois (1567), já incorporam uma apreciação descritiva de aspectos monetários e de comércio, silenciando a respeito de considerações doutrinárias. O primeiro texto português em que alguns elementos do pensamento mercantilista surgem com clareza seria o relato do Sítio de Lisboa, de Mendes de Vasconcelos (1608). Talvez o principal motivo tenha sido de caráter conjuntural, decorrendo da anexação à Espanha entre 1580 e 1640 e da prolongada Guerra da Restauração, que se encerraria apenas em 1668, perpetuando instituições anteriores à anexação e dificultando a normalização da atividade econômica na metrópole e nas colônias.

O mercantilismo desenvolve-se entre os séculos XV e XVI em vários reinos europeus a partir de considerações pragmáticas de política de Estado. Com a expansão do comércio e a redução da produção de ouro e prata, as monarquias enfrentavam uma crescente escassez de numerário, prejudicando as relações de troca

e esvaziando os tesouros reais. As políticas de retenção do metal e de acumulação de reservas para servir de lastro a operações militares (bulionismo) disseminaram-se pela Europa. Perdurariam por cerca de dois séculos:

*“Entre 1300 e 1500, a produção de ouro e prata, na Europa, tinha estagnado. O comércio, que se expandia rapidamente, e a extensão do sistema de mercado para a cidade e o campo tinham provocado uma escassez aguda de moedas. Como eram basicamente de ouro e prata, a necessidade desses metais tornou-se crítica. A partir mais ou menos de 1450, essa situação foi aliviada um pouco, quando os portugueses começaram a extrair metais da Costa do Ouro, na África, mas a escassez geral continuou até meados do século XVI. Daí em diante houve uma entrada tão grande de ouro e prata vindos das Américas que a Europa experimentou a inflação mais rápida e duradoura da sua história” (HUNT e LAUTZENHEISER, 2013: 15)*

A entrada abundante de metal teria início com a descoberta de reservas na África pelos portugueses e o início da exploração espanhola de prata e ouro na América. Embora a Espanha, principal fornecedora de metais a partir de 1530, tentasse manter um controle sobre sua saída do país, a combinação da complexidade da sua administração econômica, em vista da sobreposição do domínio da Espanha sobre seus territórios de ultramar, sobre o reino de Nápoles, sobre o Sacro Império entre 1519 e 1556 e sobre Portugal entre 1580 e 1640, com outros fatores conjunturais, como ataques corsários ao transporte de metal do México para os portos espanhóis, custos das guerras contra o Flandres e a Inglaterra e um vasto esquema de corrupção para desvio de ouro e prata em barras para outros países da Europa resultaram em uma dispersão de metais no continente.

Hunt e Lautzenheiser (2013: 15) nos informam que a abundância de moeda na Europa levou os preços a subir, durante o século XVI, entre 150% e 400%, dependendo da região. Esse ciclo inflacionário de longo prazo comprometeu a capacidade de consumo da nobreza feudal tradicional e dos camponeses, beneficiando, por outro lado, a burguesia e alterando definitivamente a correlação de poder entre os estamentos. Os ganhos foram acumulados como capital, viabilizando a expansão das manufaturas e uma redefinição das relações sociais.

Nesse contexto, o mercantilismo assume um caráter diferente a partir do século XVII. Em lugar de uma política de proteção da moeda circulante e de acumulação de metais no tesouro real, passa a ser perseguida a obtenção de saldos de balança comercial com outros países ou regiões para garantir entrada de moeda e vantagens de troca.

Surge então uma nova vertente mercantilista que defende uma política de incentivo à produção local de bens e o protecionismo alfandegário para limitar a entrada de mercadorias estrangeiras. Associada a essa orientação, os países coloniais consagram uma política de exclusivo comercial metropolitano, impondo às colônias o comércio exclusivo com suas respectivas metrópoles e a consolidação destas últimas como entreposto comercial dos produtos das colônias. Extensas normatizações consagrariam formas de subsídios e compensações aos comerciantes das metrópoles, em especial para baratear matérias-primas para as manufaturas locais, em detrimento de seus competidores. A participação do governo na supervisão das atividades de comércio e de manufatura também ganharia relevância, exacerbando o absolutismo monárquico. Essa extensa combinação de políticas faria parte do que passou a ser conhecido como Antigo Regime.

O termo “mercantilismo” nunca foi usado pelos pensadores da época e essa corrente nunca se caracterizou por um conjunto estabelecido de abordagens analíticas. Foi cunhado posteriormente por Vitor Riquetti, Marquês de Mirabeau, em 1763. No período do bulionismo, pensadores de destaque gradualmente deram alguma consistência metodológica a essa linha de pensamento econômico. As contribuições são esparsas e refletem o aprendizado prático de política econômica que vinha-se acumulando. Um ilustrativo texto tardio da primeira fase do mercantilismo é a Economia Política Patronal, de Antoine de Montchrestien, de 1615:

*“Nunca será razoável, nem pelo direito, nem pelo exemplo, que os estrangeiros se igualem em direitos ou concorram em igualdade com os cidadãos. A sociedade humana nos exige que façamos o bem a todos, mas sobretudo aos nossos compatriotas. Deveríamos, nesse ponto, refletir sobre o que fazem os ingleses. Não foi por outro motivo que Sólon, grande negociador, fez uma lei negando ao estrangeiro o direito de burguesia em Atenas se este não fosse um exilado em sua terra de origem. Nosso Luís XII, tendo um olhar de admitir ao uso e participação em nossos direitos para os mesmos que Sólon desejava afastar da sua república, concedeu o privilégio da naturalidade aos estrangeiros que deixassem seus reinos. Podemos afastá-los em tempos de paz ou de guerra, do mesmo modo que os podemos acolher sob certas condições. Poderão ter livre acesso entre nós, como têm em outros lugares. Mas, de qualquer modo, que suas negociações e interesses sejam limitados e circunstanciados. Os gregos os chamavam de inimigos, assim como os latinos, segundo destacava Cícero” (MONTCHRESTIEN, p. 35-36)*

O trecho ilustra elementos que permeiam o texto de Montchrestien, como a referência a fatos e autores da Antiguidade e o caráter normativo das recomendações baseado no direito natural. Por outro lado, já se reconhecem elementos da segunda

fase do mercantilismo, como o nacionalismo e a proteção dada à produção local.

Os principais textos mercantilistas seriam os comentários e análises publicados no período do apogeu dessa corrente, entre 1620 e 1690. Entre os autores mais conhecidos, o belga Gerard Malynes, no alentado estudo *Lex Mercatoria*, de 1622, analisa as trocas de comércio, propõe a regulamentação da qualidade da produção doméstica e o controle do fluxo de dinheiro na economia. O inglês Thomas Mun, em seu texto *O Enriquecimento da Inglaterra pelo Comércio Exterior*, de 1630, defende a acumulação pelo excedente de exportações. A produção local e o uso de navios ingleses seriam elementos a considerar na busca desses saldos. Sir William Petty, em seu *Tratado sobre Impostos e Contribuições*, de 1662, consolida as ideias de taxaço de bens importados, de tratamento diferenciado para matérias-primas da produção local, do crescimento da população para garantir mão de obra para manufaturas locais e da obtenção de saldos de balança comercial. Charles Davenant, em seu *Ensaio sobre o Comércio das Índias Orientais*, de 1696, reforça a noção do comércio internacional como um jogo de soma zero, em que uma parte perde o que a outra ganha (BRUE, 2005: 20-29).

O grande nome do mercantilismo, porém, foi Jean-Baptiste Colbert, ministro do Rei Luís XIV entre 1661 e 1683. Em sua administração, consolidou um sistema abrangente de coleta de impostos, manteve uma política bulionista, buscou de modo persistente os saldos de exportações. Desenvolveu uma visão nacionalista de fomento à manufatura e de construção de um sistema viário que facilitasse o comércio interno da França. Subsidiou a construção do Canal de Languedoc, hoje Canal do Midi, com comportas, unindo o Mediterrâneo ao Atlântico, completado em 1681. Buscou consolidar um sistema nacional de pesos e medidas, a padronização de produtos da manufatura, a proteção a empreendimentos nascentes e o fim de tributos regionais e pedágios, com limitado sucesso. Suas políticas serviram de referência para diversas administrações europeias, inclusive, em Portugal, para a gestão do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I entre 1750 e 1777 (BRUE, 2005: 26-27; DUNAUD, 1995: 418-419; SOLL, 2022: 109-112).

Com o mercantilismo, consolida-se a economia como disciplina de estudo e começa a ser reconhecida a profissionalização da gestão econômica e financeira do Estado. Um exemplo da preocupação dos governantes com esse aspecto da administração é dado por D. João VI que, em suas primeiras medidas ao chegar ao Brasil, em 1808, determina a criação, na cidade do Rio de Janeiro, de uma cadeira de ciência econômica e nomeia José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, para ocupá-la. Na justificativa do decreto, explica o regente:

*“Sendo absolutamente necessário o estudo da ciência econômica na presente conjectura em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se pôr em pratica muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos sendo melhor instruídos nele, me possam servir com mais vantagens: e por me constar que José da Silva Lisboa, deputado e secretário da Mesa de Inspeção de Agricultura e Comércio da cidade da Bahia, tem dado todas as provas de ser mui hábil para o ensino daquela ciência, sem a qual se caminha às cegas, e com passos muito lentos, e às vezes contrários, nas matérias do governo, lhe faço mercê da propriedade e regência de uma cadeira de Aula Pública que, por este mesmo decreto sou servido criar no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400\$000 para ir exercitar, conservando os ordenados dos lugares que até agora [tem] ocupado na Bahia”.*

O mercantilismo tornou-se importante influência no pensamento econômico português. No período da anexação à Espanha, destacam-se as obras de Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los Comercios de las dos Indias*, de 1622, e *Alegación en Favor de la India Oriental*, de 1628. Nessas obras de texto complexo e influência mercantilista, o autor constata a situação de abandono de parte da península ibérica, propõe ao rei espanhol maior atenção ao comércio, proteção da economia local e atenção à circulação monetária e ao câmbio. Após a volta à autonomia, Severim de Faria, em sua obra *Notícias de Portugal*, de 1655, também constata o despovoamento do reino e insiste em políticas de promoção da economia metropolitana. Duarte Ribeiro de Macedo, em seu *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, de 1675, já incorpora uma visão industrialista e defende o fomento à manufatura como um modo de evitar a saída de metais preciosos do país.

Merecem destaque, ainda, as Instruções Políticas, redigidas em 1736 por D. Luís da Cunha, diplomata que atuou durante o reino de D. João V, para seu discípulo Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que seria tio do Marquês de Pombal. Sua carta testamento a D. José I, de 1747, seria também um dos textos mais lidos em Portugal. Nesta, alerta o monarca que chegava ao poder:

*“Se pois V. A. quizer dar um a volta aos seus reinos, observará em primeiro lugar a estreiteza dos seus limites, à proporção do seu vizinho. Achará, não sem espanto, muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas, muitíssimos caminhos impraticáveis, de que resulta faltar o que elas podiam produzir, e não haver entre as províncias a comunicação necessária para o seu comércio: achará muitas e grandes povoações quase desertas, com as suas manufaturas arruinadas, perdidas, e extinto totalmente o seu comércio: achará que a terça parte de Portugal está, possuída pela Igreja, que não contribui para a despesa e segurança do Estado, quero dizer, pelos cabidos das dioceses, pelas colegiadas, pelos priorados, pelas abadias, pelas capelas, pelos conventos de frades e freiras: e, enfim, achará que o seu reino*

*não é povoado como pudera ser, para prover de gente as suas largas e ricas conquistas, de que separadamente tratarei” (CUNHA, 1747)*

Alguns dos princípios mercantilistas permeiam esse parágrafo: a necessidade de promover o desenvolvimento doméstico, a importância de uma infraestrutura de transportes de mercadorias, a promoção da manufatura, a necessidade de dispor de uma população economicamente ativa abundante. Antecipando o pensamento fisiocrata, o diplomata afirmará ao futuro rei, em outra passagem, que “a salvação dos povos consiste na cultura das terras” e recomendará o confisco de terras incultas e sua cessão a quem se proponha a cultivá-las. Também representativos de uma linha doutrinária nacionalista são os textos do Cardela da Mota, Parecer sobre a Instalação de uma Fábrica de Seda, de 1734, e de Alexandre de Gusmão, Cálculo sobre a Perda de Dinheiro no Reino, de 1748.

O Marquês de Pombal, principal ministro de D. José I, foi um estudioso do pensamento mercantilista. Relata a esse respeito Kenneth Maxwell, ao se referir ao período em que o estadista português residiu em Londres, entre 1738 e 1745:

*“Carvalho e Melo se dispôs a investigar as causas, técnicas e mecanismos da superioridade naval e comercial da Inglaterra e, durante sua estadia em Londres, logrou formar uma apreciação detalhada da posição britânica. Sua notável biblioteca em Londres refletia seus interesses. Livros de Thomas Mun, William Petty, Charles Davenant, Charles King, Joshua Gee, Joshua Child, relatórios selecionados sobre as colônias, comércio, minas, manufaturas de lã, estudos especiais sobre açúcar, tabaco, pesca, atos parlamentares sobre pesos e medidas, embarque de cargas e navegação, fraude alfandegária, tarifação, ordenamento marítimo e, sobretudo, uma concentração de trabalhos sobre as companhias de comércio inglesas, tornavam sua coleção um verdadeiro tesouro de clássicos do mercantilismo” (MAXWELL, 2004: 3-4)*

Pombal colheu sucessos na reorganização administrativa do Império Português, na retomada da supervisão metropolitana sobre as colônias e no afastamento da influência das ordens religiosas sobre as mais variadas dimensões da vida diária dos portugueses, instaurando as bases de um poder laico. No entanto, na dimensão econômica, seus projetos tiveram alcance limitado.

Mesmo sopesando as muitas circunstâncias fortuitas que impuseram limites a Pombal e condicionaram sua atuação (o terremoto de Lisboa de 1755, com os consequentes custos da reconstrução da cidade, foi apenas uma destas), o fato é que Portugal e Espanha nunca lograriam construir políticas que viabilizassem uma produção local na escala pretendida pelo mercantilismo, perpetuando-se nos dois

países a pequena produção artesanal, com poucas e notáveis exceções, como vinhos, azeites e alimentos de consumo imediato (CUNHA, 1747). O volume de entrada de ouro e prata era de tal ordem que os ganhos do exclusivo comercial garantiam um padrão de vida na metrópole que beirava o exagero. Já nas colônias, em decorrência da escala da exploração minerária e da produção agrícola de monoculturas de exportação, consolidaram-se mercados internos de insumos bastante extensos. Desse modo, por exemplo, no Brasil colonial, cerca de dois terços do produto interno já eram destinados, à época, ao mercado local. Domingos Vandelli iria constatar, em memorial redigido nos anos 1790:

*“As grandes riquezas que os portugueses transportaram daquelas colônias fizeram com que, atraídos os estrangeiros com o desejo delas, procurassem fornecer a Portugal entre muitos gêneros, grãos, legumes, etc., que os mesmos avidamente recebiam, julgando-se pelos povos mais ricos, quando ao mesmo tempo não era Portugal mais que um depositário por breve tempo das riquezas das suas colônias, por isso mesmo, que se via obrigado a comutá-las pelos gêneros que a incúria da agricultura e da indústria lhe faziam indispensáveis: o que ponderou bem o grande político Alexandre de Gusmão na representação que fez ao senhor Rei D. João V” (VANDELLI, 1990: 132).*

O mercantilismo incorporou em suas práticas aspectos que hoje soam cruéis e francamente inadmissíveis. O tratamento do trabalhador era abusivo e o uso de crianças nas manufaturas a partir dos seis anos de idade era recorrente. Os salários eram miseráveis, a expulsão da população rural com o cercamento das terras comuns resultou na expansão de favelas nas áreas urbanas. As endemias de varíola, peste e gripe mantinham-se em muitas das principais cidades. A população em geral vivia submetida a um policiamento draconiano. A insistência em políticas de busca de ganhos de balança comercial e a coexistência do aparato arrecadatório da corte com as imposições feudais ainda existentes resultavam em exigências tributárias abusivas sobre os agricultores. A distribuição de proteção tributária e de direitos de monopólio, mediante uma complexa teia de regulamentos, criou uma estrutura corrupta de concessões e privilégios, perpetuando focos de ineficiência na atividade econômica (BRUE, 2005: 32-33).

### **A influência dos fisiocratas e da economia clássica**

Na trajetória do mercantilismo ao pensamento econômico clássico, surgiu na França uma doutrina econômica de transição, a escola dos fisiocratas, que perdurou por cerca de três décadas, entre 1750 e 1780. Seus dois formuladores mais conhecidos, François Quesnay e Anne-Robert Turgot, retomaram alguns princípios escolásticos,

como o reconhecimento da ordem natural nas boas práticas econômicas, a valorização da atividade agrícola como a única capaz de produzir riqueza em sentido estrito e a preferência por um imposto único, aplicado no caso ao proprietário da terra. Desse modo, enfatizam a produção, e não a circulação do bem, como fonte de riqueza. Também introduzem a noção de *laissez-faire*, ou seja, de mínima intervenção do aparato estatal ou feudal na economia.

De um ponto de vista da história econômica, os fisiocratas deixaram duas heranças importantes. Uma foi o esforço em avançar nas análises a partir de dados factuais do contexto jurídico e social em que se davam as transações econômicas e em contabilizar as transferências de bens e dinheiro entre os setores da economia, que eles organizavam em três classes: produtores agrícolas, proprietários de terra e classe estéril (fabricantes e mercadores). Quesnay, em especial, com a publicação do seu Quadro Econômico em 1758, antecipa a elaboração de contas nacionais e o conceito de circularidade da economia. Ademais, a noção de *laissez-faire* antecipa a visão liberal e discute qual seria o papel correto do governo na economia, ressaltando o resultado econômico como requisito para a estabilidade do poder. Nas palavras de Quesnay:

*“O governo econômico abre as fontes de riqueza; as riquezas atraem os homens; os homens e as riquezas fazem prosperar a agricultura, expandem o comércio, animam a indústria, crescem e perpetuam as riquezas. O governo econômico previne o declínio da opulência e das forças da nação. Da abundância dos seus recursos dependem os êxitos dos outros setores da administração do reino. O governo econômico consolida o poder do Estado, atrai a consideração das outras nações, assegura a glória ao monarca e a felicidade do povo (QUESNAY, 1958: 137-138).*

Os fisiocratas retratam, de certo modo, um pensamento capitalista incipiente que irá se consolidar com a publicação, em 1776, da obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, que promoveria uma transformação no modo como a teoria econômica seria tratada a partir de então.

Smith logra construir uma síntese do pensamento que vinha se desenvolvendo, incorporando três elementos essenciais para uma teoria econômica de base científica. O primeiro é um modelo explicativo da formação dos preços a partir de dois princípios basilares: o valor do trabalho comandado para a produção da mercadoria e a escassez relativa desta no mercado. O segundo é um modelo explicativo da distribuição dos ganhos decorrentes da venda da mercadoria, ao reconhecer classes na sociedade que se determinam pelo modo como controlam os meios de produção:

os rentistas, proprietários de terra, os capitalistas, que controlam bens de capital, as instalações, o estoque de matéria-prima e os recursos para adquiri-los e comandá-los, e os trabalhadores, que possuem e oferecem tão somente sua força de trabalho. O terceiro é um modelo explicativo das vantagens comparativas na produção graças a três elementos: a abundância local dos fatores de produção, a especialização e a divisão do trabalho. A teoria do valor-trabalho consolida uma construção em que todas as etapas do ciclo de vida da mercadoria (produção, circulação para venda, distribuição de ganhos na forma de salário, lucro e renda, e consumo) são explicadas em um único contexto.

A Riqueza das Nações oferece também uma síntese a respeito do modo como o mercado opera e as forças essenciais que regulam a competição entre produtores e o acesso ao consumidor. Desse modo, logra estabelecer critérios de análise para uma ampla variedade de problemas econômicos e oferece uma justificativa moral para a existência do mercado, decorrente da sua autorregulação, que compara a uma mão invisível que ajusta as decisões de cada pessoa.

Em Portugal, a criação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, ofereceu um espaço para a apresentação de monografias de cunho técnico, algumas das quais com um enfoque de análise econômica de questões locais e regionais. Essas memórias, cuja publicação iniciou-se uma década após a fundação da entidade, teriam influência na consolidação das ideias econômicas da geração que acompanharia D. João VI ao Brasil. Entre os autores ali registrados, Domingos Vandelli ainda segue uma doutrina fisiocrata bastante clara. Também fisiocrata é Joaquim José Rodrigues de Brito, que publica em 1803 suas Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e Principalmente de Portugal. O tratado seria veementemente criticado por José da Silva Lisboa, em debate que repercutiria em Portugal e no Brasil.

Já entre outros estudiosos constata-se uma abordagem de economia clássica, exemplo ilustrado pelo Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal, do bispo Azeredo Coutinho, publicado em 1794, do qual extraímos o seguinte parágrafo:

*“As riquezas dos Estados consistem ou em fundos de terras ou em efeitos móveis. Os fundos de terras por isso pedem mais assistência e a vista de seus donos, são ordinariamente possuídos pelos habitantes de cada país e constituem propriamente a riqueza de cada Estado em particular. Os efeitos móveis, como são o dinheiro, bilhetes, letras de câmbio, ações sobre as companhias, navios e todas as mercadorias, por isso que são universais e giram por toda parte, pertencem ao mundo inteiro, que a este respeito compõe um só todo, de que todas as*

*outras sociedades ou Estados são membros. O povo que relativamente possui mais destes efeitos móveis do universo é mais rico, porque entra proporcionalmente com maior fundo ou (expliquemo-nos assim) com maior número de ações na companhia do comércio universal” (COUTINHO, 1794 17-18).*

Coutinho explica que o país que não detenha fundos móveis não logra comerciar com outras nações ou não possui liberdade. Sua população não terá acesso a outras mercadorias e não poderá equiparar-se às pessoas de outros países. Do mesmo modo que não adquire bens de outros, não comercializa os seus, limitando-se à produção da sua terra. Trata-se de uma visão clássica, amparada em um reconhecimento amplo da possibilidade de comandar produção e comércio, desvinculada da propriedade.

A principal influência de economia clássica no período seria de José da Silva Lisboa, não apenas pelas muitas contribuições escritas, em especial o tratado *Princípios de Economia Política*, de 1804, mas sobretudo por sua atuação política. Foi funcionário público de destaque na administração de D. João VI, deputado na Assembleia Constituinte de 1823 e senador do Império. Também atuou como jornalista, fundando o periódico *O Conciliador do Reino Unido*, em que defendia a manutenção dos vínculos de Brasil com Portugal. No entanto, tornada inevitável a Independência, alinhou-se a D. Pedro e passou a defender a centralização do poder na corte imperial. Em termos de produção técnica, escreveria ainda *Princípios de Direito Mercantil e Leis de Marinha*, em sete volumes editados até 1808, e as *Observações sobre o Comércio Franco no Brasil*, em dois volumes, concluídos no mesmo ano.

Após a Independência, assistiríamos a uma alternância de decisões ditadas pela oportunidade política, algumas caudatárias do Antigo Regime (por exemplo, a manutenção de privilégios de intermediários portugueses mesmo no período de rompimento do Brasil com a metrópole ou a perpetuação do regime escravocrata) e outras ditadas por uma política econômica mais arejada (por exemplo, a racionalização de uma política aduaneira ou a adoção, ainda que apenas na letra da lei, do ensino básico universal), ilustrando tanto os complexos desafios de uma nação ainda em gestação quanto a diversidade de fontes a que os tomadores de decisão recorriam.

A escola clássica iria aperfeiçoar ulteriormente os conceitos desenvolvidos por Smith e seus contemporâneos e gerações inteiras de economistas se debruçariam sobre os mais variados aspectos da atividade econômica, munidos desse instrumental analítico. Esse desenvolvimento subsequente iria desembocar, na década de

1860, no marxismo, com a publicação de *O Capital*, e no marginalismo, com a monografia precursora *Teoria de Economia Política*, de William Stanley Jevons. Esses desenvolvimentos, porém, já são posteriores ao momento em que a luta pela Independência do Brasil seguia seu curso.

### **Considerações finais**

A vinda da corte ao Brasil em 1808 foi determinante para a configuração que o Brasil assumiria na sua independência. A administração a partir do Rio de Janeiro aproximou os territórios da Amazônia e do Maranhão do resto do Brasil, rompendo o vínculo direto com Lisboa. Desse modo, contribuiu para a unificação da antiga colônia e para a percepção de nação única que se consolidaria na primeira metade do século XIX, nosso Brasil de hoje.

O surgimento do Brasil como nação ficou, assim, profundamente marcado pela vinda de D. João IV, então príncipe regente, ao nosso território, instalando a corte do império português no Rio de Janeiro em 1808. O Brasil não empreendeu uma guerra de independência contra uma potência colonialista, mas foi alçado a sede da corte e, mais adiante, a reino unido com Portugal e os Algarves. A população local deixou de ser colônia por vontade soberana do regente.

Contrariamente à impressão que usualmente se tem de um gesto impulsivo, ditado pelas circunstâncias e executado às pressas em três dias, lançando ao mar uma frota com a rainha D. Maria a bordo, os príncipes, parte da nobreza, a burocracia do governo e os pertences da família real, a um risco altíssimo, tratou-se de um movimento planejado com muitos meses de antecedência, talvez anos. Foi uma jogada temerária no xadrez da política europeia do período napoleônico, mas teve um componente de estratégia de longo prazo. D. João não veio ao Brasil para passar uma temporada. Veio ao seu território de ultramar para ali ficar por tempo indeterminado, quem sabe definitivamente. E a história nos conta que voltou a Portugal contra a vontade, deixando o filho D. Pedro para manter o território do Brasil nas mãos dos Bragança e, mais adiante, assumir o poder no país já independente.

Há várias evidências de que esse projeto era estudado por vários membros do seu gabinete e de que uma avaliação acerca da necessidade de se transferir a capital portuguesa para o Brasil seria em algum momento uma alternativa a considerar. Padre Antônio Vieira, D. Luís da Cunha, o bispo Azeredo Coutinho, D. Rodrigo de Souza Coutinho estão entre as personalidades que, em algum momento, deixaram entrever seu reconhecimento dessa estratégia de longo prazo como algo que se

revelava viável.

Ao trazer a corte para o Brasil, D. João trouxe-nos também parte da inteligência do império português e a necessidade de disseminar por aqui o conhecimento necessário à administração de seus territórios, inclusive em termos de capacidade de gestão da economia. Passamos a integrar o debate econômico português e a produzir obras de relevo para a compreensão dos nossos problemas, com destaque para a figura monumental de José da Silva Lisboa. A pequena elite intelectual que participaria do ciclo da Independência permaneceria, no entanto, a reboque dos avanços na teoria econômica vindos do ambiente europeu.

Envolvidos na expulsão do exército napoleônico do território português e na administração das colônias a partir do Rio de Janeiro, os principais formuladores da economia do império português tinham naquele momento outras prioridades. Se há um mérito em sua produção, terá sido o de construir uma compreensão dos problemas relevantes para a nossa realidade colonial tornada reino unido, vistos da perspectiva oposta à das nações metropolitanas. Construía-se, assim, um corpo interpretativo dos problemas de produção e comércio enfrentados por Portugal e suas colônias que remetia à teoria clássica, mas dedicava-se a questões locais, uma incipiente economia dos trópicos (SAES e SALOMÃO, 2022: 172-173).

Fomos, assim, herdeiros do impasse econômico vivido pelo império português desde a retomada da autonomia em 1640 e dos acertos e erros da administração pombalina no reinado de D. José I, avô de D. João. A mentalidade mercantilista de então foi sendo gradualmente contaminada pelas novas ideias econômicas que se desenvolveram no século XVIII, em especial após a publicação, em 1776, da notável obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*. Estas foram incorporadas pelos formuladores de política econômica, mas o Brasil ainda persistiu em posturas e decisões ditadas por análises pré-clássicas.

Buscamos, em suma, convergir o olhar para esse momento que as intelectualidades portuguesa e brasileira viviam, em transição entre a tradição mercantilista do Antigo Regime e o estuário do capitalismo que começava a se abrir. Portugal não era fonte dessa reflexão econômica, mas caudatária dos avanços intelectuais que se sucediam na Inglaterra e nos demais países da Europa de então. Mais do que examinar as ideias que se discutiam na elite do império português, fizemos um esforço para considerar a influência do emergente pensamento capitalista sobre os autores, políticos e pensadores portugueses e brasileiros de então.

## Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2017.

ARISTÓTELES. *Tratado de Economia Doméstica*. Campinas: Vide Editorial, 2021.

BASTIEN, Carlos. *A Divisão da História do Pensamento Econômico Português em Períodos*. Documento de Trabalho nº 16. Lisboa: Gabinete de História Econômica e Social, 2000.

BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Cenange, 2005.

CANTARINO, Nelson M. e Fernando R. LEITE NETO. A grande estratégia do Império português: D. Luís da Cunha e as origens do reformismo ilustrado luso-brasileiro. *Nova Economia*, 30 (2): 655-677, maio-agosto de 2020.

CICERO, Marco Tulio. *On Obligations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

COUTINHO, José A. Ensaio Econômico sobre o Comercio de Portugal e suas Colônias. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010023&bbm/7222#page/38/mode/2up>, consultado em 19/12/2022.

CUNHA, Luis. *Testamento Político (1747)*. Disponível em: [https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/dlc\\_testamento3.html](https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/dlc_testamento3.html), consultado em 10/12/2022.

DUNAUD, Michel. How the French arms industry mastered quality. In: JURAN, Joseph M. (org.). *The History of Managing for Quality*. Milwaukee: ASQC/Quality Press, 1995.

GOMES, Laurentino. *Escravidão*. Vol. III. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

HARARI, Yuval N. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Edição comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MAXWELL, Kenneth. *Conflicts & Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Nova York: Routledge, 2004.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Penguin/

Companhia das Letras, 2021.

HUNT, Emery K. e Mark LAUTZENHEISER. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. Rio: GEN/Atlas, 2013. 3ª ed.

MARRONE, Steven P. A filosofia medieval em seu contexto. In: McGRADE, Arthur S. (org.). Filosofia Medieval. Aparecida: Ideias & Letras, 2008, pp. 27-70.

MONTCHRESTIEN, Antoine. L'Économie Politique Patronale. Disponível em [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), consultado em 16/12/2022.

PLATÃO. A República. São Paulo: Mediafashion/Folha, 2021.

QUESNAY, François. Quadro Econômico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1958.

RAMOS, André C. Sem sentir e sem querer: a era colonial do Brasil à luz do direito internacional. Revista de Informação Legislativa, 58 (231): 109-132, 2021.

REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga, vol 4. São Paulo: Loyola, 1994.

SAES, Alexandre M. e Ivan C. SALOMÃO. Pensamento econômico no Brasil na época da Independência. Revista USP, 132: 165-184, 2022.

SCHWARCZ, Lilia M. e Heloisa M. STARLING. Brasil: uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOLL, Jacob. Free Market: the history of an idea. Nova York: Basic Books, 2022.

VANDELLI, Domingos. Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, pp. 135-142.

VELOSO, Maria Teresa N. D. Afonso II, o Gordo, 1211-1223. In: MENDONÇA, Manuela (org.). História dos Reis de Portugal. Lisboa: Quidnovi/Academia Portuguesa de História, 2010.

## ANTÔNIO CARLOS, A MAÇONARIA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Lafayette de Andrada (\*)

“Herói maior que sua própria fama!” (Dias Martins)

“Sua figura gigante avulta no pórtico da Independência, como um dos criadores de nossa nacionalidade”. (Sisson)

Embora pouco lembrado pelos historiadores, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva é um dos grandes vultos da Independência do Brasil. Composto a delegação brasileira nas Cortes de Lisboa, sendo talvez seu principal líder, exerceu papel fundamental nesses debates, cujas discussões e decisões contribuíram decisivamente para nossa Independência.

Ainda jovem, Antônio Carlos migrou de Santos para estudar em Coimbra com seus irmãos Martim Francisco e José Bonifácio. Futuramente, o primeiro será Ministro da Fazenda do chamado “Ministério da independência” e o segundo, por seu